



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

*Usina de Energia Eólica
Santo Cristo SPE S. A.*



ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Demonstração do resultado.....	6
Balanços patrimoniais.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Notas explicativas.....	9
1 Informações gerais e base de preparação	9
1.1 Informações gerais	9
1.2 Base de preparação e políticas contábeis	10
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação	11
2 Principais informações financeiras	11
2.1 Resultado do exercício	11
2.2 Ativos e passivos financeiros	13
2.3 Ativos e passivos não-financeiros.....	19
2.4 Patrimônio líquido	22
3 Estimativas críticas e riscos	23
3.1 Estimativas críticas e julgamentos	23
3.2 Gestão de riscos	24
4 Itens não reconhecidos	25
4.1 Contingências	25
5 Outras informações	25
5.1 Transações com partes relacionadas	25
5.2 Seguros.....	26
6 Principais práticas contábeis adotadas	26
6.1 Caixa e equivalentes de caixa	26
6.2 Imobilizado.....	27
6.3 Intangível	27
6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”).....	28
6.5 Empréstimos e financiamentos	29
6.6 Provisões	29
6.7 Tributação.....	29
6.8 Outros ativos e passivos	30
6.9 Reconhecimento de receita	31
6.10 Instrumentos financeiros	31
6.11 Passivo de arrendamentos	31
6.12 Normas novas e alteradas no exercício corrente.....	32
6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes	32

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.
São Miguel do Gostoso - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

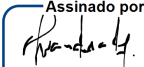
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2025

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC 086312/O-6 T-RJ

Assinado por:

74E50E2214124EC...

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 Em milhares de reais



	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado antes do IRPJ e CSLL		4.809	6.527
Ajustes por			
Resultado financeiro - Provisão de Juros	2.1.3	4.886	5.597
Ajuste a valor presente	2.1.3	111	26
Depreciação e Amortização	2.1.2	3.709	5.006
Penalidades contratuais - Provisão			
Penalidade contratual - reversão	2.2.8	(429)	1.456
Penalidade contratual - finalizada/em curso	2.2.8	4.706	429
Ajuste sobre penalidades pagas - reversão penalidade	2.2.8	(1.211)	-
Ajuste sobre penalidades pagas - atualização financeira	2.2.8	920	-
Penalidades contratuais - atualização financeira	2.2.8	904	207
Rendimento de aplicação financeira	2.1.3	(2.397)	(2.571)
Diminuição (aumento) nos ativos			
Contas a receber		(300)	591
Indenização a receber		-	(1.047)
Adiantamentos a fornecedores		79	136
Despesas antecipadas		(27)	21
Outros ativos		87	3.206
Aumento (diminuição) nos passivos			
Fornecedores		137	(1.993)
Obrigações fiscais e trabalhistas		(311)	(339)
Contas a pagar – partes relacionadas		130	(15)
Penalidades contratuais suspensas - pagamento	2.2.8	(2.792)	(281)
Outras obrigações		(7)	-
Recursos provenientes das atividades operacionais		13.004	16.956
Juros pagos sobre financiamento	2.2.7	(3.685)	(4.005)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.202)	(2.758)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		8.117	10.193
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		430	(3.537)
Aquisições de imobilizado	2.3.1	(83)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento		347	(3.537)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	2.2.7	(4.690)	(4.307)
Pagamento de arrendamentos		-	(3)
Aumento de capital	2.4.1	83	-
Dividendos pagos		(1.002)	(1.161)
Resgates da reserva de capital	2.4.2	(2.604)	(2.035)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de financiamento		(8.213)	(7.506)
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		251	(850)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.2	1.336	2.186
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		251	(850)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.2.2	1.587	1.336
Transações que não afetam o caixa			
Passivo de arrendamento	2.3.1	-	(68)
Baixa custo de transação	2.2.7	-	468
Baixa valores prescritos	2.1.2	52	(170)
Provisão desmobilização	2.3.1	-	(1.182)

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Demonstração do resultado**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais



	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional com fornecimento de energia, líquida	2.1.1 (a)	20.583	20.691
Outras receitas (despesas) operacionais	2.1.1 (b)	953	(17)
Custo dos Serviços	2.1.2	(12.327)	(13.099)
Resultado bruto		9.209	7.575
Despesas operacionais			
Despesas Administrativas	2.1.2	(718)	(777)
Outras receitas		-	3.164
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		8.491	9.962
Despesas financeiras		(6.079)	(6.006)
Receitas financeiras		2.397	2.571
Resultado financeiro	2.1.3	(3.682)	(3.435)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		4.809	6.527
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(1.604)	(2.307)
Lucro líquido do exercício		3.205	4.220

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a demonstração dos resultados abrangentes.

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.2.2	1.587	1.336	Fornecedores	2.2.6	1.353	1.216
Contas a receber	2.2.4	2.385	2.085	Empréstimos e financiamentos	2.2.7	4.709	3.910
Adiantamentos a fornecedores		70	149	Obrigações fiscais e trabalhistas		704	613
Despesas Antecipadas		337	310	Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1	170	40
Outros Ativos	2.2.5	792	643	Dividendos - Partes relacionadas	5.1	761	1.002
Total do ativo circulante		5.171	4.523	Penalidades contratuais	2.2.8	13.363	7.286
				Total do passivo circulante		21.060	14.067
Não Circulante				Não Circulante			
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	26.472	24.505	Empréstimos e financiamentos	2.2.7	36.890	41.178
Contas a receber	2.2.4	1.047	1.047	Penalidades contratuais	2.2.8	1.737	5.716
Outros ativos	2.2.5	347	583	Outras obrigações		-	7
Imobilizado	2.3.1	96.317	99.807	Obrigações pela desmobilização de ativos		1.318	1.207
Intangível	2.3.2	2.372	2.508	Total do passivo não circulante		39.945	48.108
Total do ativo não circulante		126.555	128.450	Total do passivo		61.005	62.175
				Patrimônio Líquido	2.4		
				Capital Social		59.210	59.127
				Reserva de capital		3.316	3.416
				Reserva de lucro		8.195	8.255
				Total do patrimônio líquido		70.721	70.798
Total do Ativo		131.726	132.973	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		131.726	132.973

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucro			Lucros acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		59.127	2.416	761	7.311	8.072	-	69.615
Resgates da reserva de capital	2.4.2	-	(2.035)	-	-	-	-	(2.035)
Constituição reserva de capital	2.4.2	-	3.035	-	(3.035)	(3.035)	-	-
Aumento de capital		-	-	-	-	-		
Destinação do lucro:							4.197	4.197
Constituição de reserva legal		-	-	210	-	210	(209)	1
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	(997)	(997)
Lucros retidos a deliberar		-	-	-	3.008	3.008	(2.991)	17
Saldos em 31 de dezembro de 2023		59.127	3.416	971	7.284	8.255	-	70.798
Aumento de capital	2.4.1	83	-	-	-	-	-	83
Resgates da reserva de capital	2.4.2	-	(2.604)	-	-	-	-	(2.604)
Constituição reserva de capital	2.4.2	-	2.504	-	(2.504)	(2.504)	-	-
Destinação do lucro:							3.205	3.205
Constituição de reserva legal		-	-	159	-	159	(159)	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	(761)	(761)
Lucros retidos a deliberar		-	-	-	2.285	2.285	(2.285)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		59.210	3.316	1.130	7.065	8.195	-	70.721

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Notas explicativas****1 Informações gerais e base de preparação**

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Informações gerais

A Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de outubro de 2011, tem sede administrativa e foro jurídico no município de São Miguel do Gostoso, no estado do Rio Grande do Norte na Rodovia RN 221, s/n, KM 14, Bairro: Zona Rural - CEP: 59.584-000. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido no parque eólico denominado Santo Cristo.

A Companhia recebeu a declaração de apta pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 30 de junho de 2015, porém não iniciou a operação, pois a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) não havia concluído a Subestação de Transmissão, fato que ocorreu em junho de 2017. Conforme previsto no CER - Contrato de Leilão de Energia de Reserva, a Companhia começou a faturar o Contrato, independentemente de estar gerando energia, a partir do recebimento da declaração de apta.

Autorização do Parque Eólico Santo Cristo

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 233 de 16 de abril de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santo Cristo, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 18 de abril de 2012 e o término em 18 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

A Companhia entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 17 de junho de 2017, a Companhia entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL nº 1.726 de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Companhia passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Em 1º de julho de 2022 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL no uso de suas atribuições regimentais decide alterar, de 27.000 KW kW para 27.465 kW, a potência instalada da Central Geradora Eólica (EOL) Santo Cristo, outorgada à Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. Essa alteração na outorga ocorreu após a finalização do processo de Alteração de Características Técnicas (ACATI) devido a necessidade de substituição do aerogerador SC-02 da Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.

Contrato de Energia de Reserva - CER

A Companhia firmou em 8 de agosto de 2012 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2014, ao preço original de R\$ 98,92/MWh (agosto de 2011), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Amplio (IPCA). A data de início de suprimento de energia foi postergada de 1º de abril de 2015 a 31 de março de 2035 através do primeiro termo aditivo ao contrato de energia de reserva - CER Nº 166/11 datado de 27 de janeiro de 2015.

O Contrato de Energia de Reserva estabelece que o vendedor é o responsável pela entrega da energia contratada, no centro de gravidade do submercado onde estão localizados os parques eólicos, exclusivamente mediante geração de energia proveniente desses parques. Em razão do seu objeto, a partir da data de início de suprimento, toda garantia física dos parques eólicos é comprometida com o contrato, por todo o período de suprimento.

O Contrato também estabelece que no caso de a energia gerada ser superior à energia contratada, o vendedor fica impedido de negociar o montante de energia associado a essa variação em qualquer ambiente de comercialização, devendo a CCEE contabilizar toda a energia gerada no âmbito do contrato. A eventual verificação de entrega de energia em montantes superiores aos contratados, observadas as disposições estabelecidas no Contrato de Energia de Reserva, sujeitará a CCEE ao pagamento da receita variável.

Nesse sentido, a receita fixa corresponde ao pagamento associado à energia contratada, condicionada à entrada em operação comercial do Parque Eólico. O vendedor tem direito a receber, a partir do início do período de entrega da energia contrata, em relação a cada mês desse período, um duodécimo do valor da receita fixa. O efetivo pagamento se dá na proporção da potência da(s) unidade(s) geradora(s) em operação comercial em relação à potência do Parque Eólico, enquanto a receita variável corresponde ao pagamento associado à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia que extrapolar o limite superior da faixa de tolerância (>30% da energia efetivamente vendida contratualmente), conforme apuração realizada ao final de cada ano contratual, paga em 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte; e à parcela do saldo acumulado da Conta de Energia contida na faixa de tolerância e proveniente de desvios positivos de geração, que não tenha sido objeto de repasse e/ou de cessão, conforme apuração realizada ao final de cada quadriênio, paga em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais ao longo dos dois primeiros anos contratuais do quadriênio seguinte.

Capital circulante líquido negativo

A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, mesmo que, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrasse com o capital circulante negativo no montante de R\$ 15.889 (R\$ 9.544, em 31 de dezembro de 2023), tendo em vista que este saldo é impactado principalmente pela rubrica de penalidades registrado no circulante, em contrapartida o contas a receber proveniente do contratos de venda de energia registrados no balanço consta apenas o valor a receber por competência, e não do contrato como um todo, de longo prazo, logo o contrato gerará recursos suficientes para liquidar estas operações de curto prazo.

Sendo assim, estas Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 30 de janeiro de 2025.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

2.1 Resultado do exercício**2.1.1 Receita operacional líquida****2.1.1.(a) Receita operacional com fornecimento de energia, líquida**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita bruta de fornecimento - CCEE	24.429	23.392
Penalidade - CCEE	(3.066)	(1.919)
Tributos sobre receita	(780)	(782)
Total de receita operacional com fornecimento de energia, líquida	<u>20.583</u>	<u>20.691</u>

A redução na receita se deve em função do aumento das penalidades apuradas para o período, totalizando um montante de R\$ 3.066 (Nota 2.2.8), sendo eles:

- R\$ 2.499 referente a penalidade anual finalizada do 2º ano do 3º quadriênio (julho/2023 a junho/2024); R\$ 1.407 referente a penalidade anual corrente do 3º ano do 3º quadriênio (julho/2024 a junho/2025) e R\$ 800 referente a penalidade apurada para o 3º quadriênio (julho/2022 a junho/2026).
- Apuração de energia não gerada por constrained-off para o 2º e 3º anuênios do 2º quadriênio (julho/2019 a junho/2020 e julho/2020 a junho/2021) parcialmente compensada pela reversão do montante de R\$ 1.211.
- Reversão da provisão de penalidade quadrienal corrente registrada em dezembro/2023 de R\$ 429.

2.1.1.(b) Outras receitas operacionais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outras receitas operacionais	953	(17)
Total de outras receitas operacionais	<u>953</u>	<u>(17)</u>

O saldo do exercício refere-se:

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



- Registro do valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido a indisponibilidade do parque Santo Cristo acima do previsto em contrato de R\$ 222 (despesa de R\$ 17 em 31 de dezembro de 2023, referente ao documento x provisão registrados).
- Receita referente a venda de crédito de carbono de R\$ 731 realizado pela Companhia no período. Entre o final de 2015 e o início de 2016, o empreendimento Usina de Energia Eólica Santo Cristo foi registrado na certificação de créditos de carbono da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Até dezembro de 2020, esses empreendimentos geraram créditos de carbono por meio dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), totalizando 101.024 toneladas de carbono. Em 2022, iniciou-se o processo de validação dos créditos de carbono gerados nesse período, com a conclusão do processo foi possível prosseguir com a emissão dos créditos de carbono em dezembro de 2023. Durante o período de validação e emissão, foram prospectadas diversas formas de venda, como plataformas e empresas, além de possíveis clientes para a comercialização dos créditos de carbono no mercado brasileiro. Entre dezembro de 2023 e março de 2024, foram tratadas as questões contratuais para a realização da venda. Em outubro de 2024, a venda foi concretizada com 100% do volume certificado. Com isso, foram realizadas todas as sistematizações internas para o reconhecimento financeiro desses valores.

2.1.2 Custos e despesas por natureza

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Depreciações e amortizações	(3.709)	-	(5.006)	-
Encargos setoriais	(2.875)	-	(2.632)	-
Serviços de operação & manutenção	(3.398)	-	(3.312)	-
Serviços de operação & manutenção - Partes Relacionadas	(1.437)	-	(1.410)	-
Seguros	(328)	-	(353)	-
Aluguel	(351)	-	(383)	-
Energia comprada para revenda	(3)	-	(3)	-
Outros custos	(226)	-	-	-
Serviços	-	(480)	-	(400)
Despesas administrativas gerais	-	(238)	-	(181)
Despesas legais judiciais	-	(52)	-	(26)
Outras despesas/receitas	-	52	-	(170)
	(12.327)	(718)	(13.099)	(777)

2.1.3 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.397	2.571
Total	2.397	2.571

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Despesa financeira**

Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.886)	(5.597)
Ajuste a valor presente	(111)	(26)
Ajuste sobre penalidades pagas - reversão penalidade	1.211	-
Ajuste sobre penalidades pagas - atualização financeira	(920)	-
Atualização penalidades suspensas	(904)	(207)
Outras despesas financeiras	(469)	(176)
Total	(6.079)	(6.006)
Total de resultado financeiro	(3.682)	(3.435)

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas (Nota 2.1.1)	24.429	23.392
Penalidade contratual (Nota 2.1.1)	(3.066)	(1.919)
Outras receitas operacionais	-	1.047
Base ajustada (a)+(b)	21.363	22.520
Outras receitas	731	-
Base ajustada (c)	731	-
Presunção Imposto de Renda - 8% (a)	1.709	1.802
Presunção contribuição social - 12% (b)	2.564	2.702
Presunção imposto de renda e contribuição social - 32% (c)	234	-
Demais Receitas e Ganhos de capital (d)	2.619	4.809
Base de Cálculo - IRPJ (a)+(c)+(d)	4.562	6.611
Imposto de renda: 15%	(684)	(992)
Adicional de Imposto de Renda: 10%	(432)	(639)
Total IRPJ	(1.116)	(1.631)
Base de Cálculo - CSLL (b)+(c)+(d)	5.417	7.511
Contribuição social: 9%	(488)	(676)
Total de CSLL	(488)	(676)
Total IRPJ e CSLL	(1.604)	(2.307)

2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro

2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

31/12/2024	31/12/2023
------------	------------

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Ativos financeiros**

Caixa e equivalentes de caixa	1.587	1.336
Contas a receber	3.432	3.132
Títulos e valores mobiliários	26.472	24.505
Total ativos financeiros	31.491	28.973

Passivos financeiros

Fornecedores	(1.353)	(1.216)
Empréstimos e financiamentos	(41.599)	(45.088)
Penalidades contratuais	(15.100)	(13.002)
Contas a pagar e dividendos - partes relacionadas	(931)	(1.042)
Total de passivos financeiros	(58.983)	(60.348)

Ativos (passivos) financeiros, líquidos

(27.492)	(31.375)
-----------------	-----------------

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	6	7
Aplicações financeiras	1.581	1.329
Total caixa e equivalentes de caixa	1.587	1.336

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade foi de 97% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Ambas as aplicações são mantidas junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva SPE (1)	20.723	19.557
Serviço da dívida – empréstimo BNDES (2)	2.574	2.362
Serviços de manutenção - O&M (2)	971	892
Conta centralizadora (3)	2.177	1.662
Outras aplicações restritas	27	32
Total	26.472	24.505

A seguir, descrição das principais contas:

(1) Conta Reserva SPE é a conta para qual é destinada a totalidade dos recursos remanescentes da conta Centralizadora, depois de observada a destinação dos pagamentos para as contas de O&M e de Serviço da Dívida, conforme definido em contrato juntos ao ente financiador.

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(2) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva Serviço da Dívida e Serviço de manutenção - O&M deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2024, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.

(3) Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia de contratos de empréstimos (nota explicativa 2.2.7).

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 97,3% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

2.2.4 Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é composto do montante a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no valor de R\$ 2.079 (R\$ 2.001 em 31 de dezembro de 2023) referente à receita fixa de geração de energia eólica no período; a rubrica de clientes diversos referente ao valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido a indisponibilidade do parque (Nota 2.1.1), no valor de R\$ 222 para o exercício de 2024 e R\$ 84 para o exercício de 2023 e a provisão de R\$ 1.047 referente à indenização adicional junto ao prestador de serviço, relacionado ao sinistro ocorrido em 2021.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos as vendas de energia são de 45 dias da data do faturamento. Mais detalhes do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) estão detalhados na Nota 1.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo circulante		
Receita fixa (*)	2.079	2.001
Clientes diversos	306	84
Total	<u><u>2.385</u></u>	<u><u>2.085</u></u>
Ativo não circulante		
Outros	1.047	1.047
Total	<u><u>1.047</u></u>	<u><u>1.047</u></u>
Total contas a receber	<u><u>3.432</u></u>	<u><u>3.132</u></u>

(*) Referente à receita fixa de geração de energia eólica, após a declaração de apta recebida da ANEEL em 30 de junho de 2015.

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento com o BNDES (Nota 2.2.7).

2.2.5 Outros ativos

O saldo é composto majoritariamente pelos impostos apurados por competência sobre as penalidades contratuais, no valor de R\$ 895. A composição está assim demonstrada:

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Outros impostos – IRPJ, CSLL, PIS, COFINS	792	432
Estoque crédito de carbono	-	211
	792	643
Ativo não circulante		
Outros impostos – IRPJ, CSLL, PIS, COFINS	103	339
Depósitos judiciais	244	244
	347	583
Total	1.139	1.226

2.2.6 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços	748	661
Encargos setoriais	247	230
Outros	5	3
Seguros	353	322
Total de fornecedores	1.353	1.216

2.2.7 Empréstimos e financiamentos**2.2.7.(a) Composição de saldo**

	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2024	31/12/2023
Financiamentos					
BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	41.599	45.088
				41.599	45.088
Total circulante				4.709	3.910
Total não circulante				36.890	41.178

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia.

A taxa efetiva do financiamento em 31 de dezembro de 2024 é de 11,16% (11,12% para 31 de dezembro de 2023).

2.2.7.(b) Movimentação dos empréstimos, nos exercícios

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	45.088	47.335
Juros incorridos	4.886	5.597
Juros pagos	(3.685)	(4.005)
Amortização de principal	(4.690)	(4.307)
Outros	-	468
Saldo final	<u>41.599</u>	<u>45.088</u>

2.2.7.(c) Cláusulas restritivas

O financiamento junto ao BNDES estabelece que o ICSD (Índice de cobertura do serviço da dívida) anual deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia.

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida].

Em 31 de dezembro de 2024 o referido índice atingiu o número de 4,03 (2023 – 3,29) conforme apresentado abaixo:

	<u>Cálculo do ICSD</u>
Caixa e aplicações financeiras do ano anterior	25.841
(-) Conta reserva do serviço da dívida	(2.362)
(-) Conta reserva O&M	(892)
(A) Caixa inicial das atividades	<u>22.587</u>
Ajustes no EBITDA	
Lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2024	3.205
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	1.604
(+/-) Resultado financeiro	3.682
(+) Depreciação e amortização	<u>3.709</u>
EBITDA ajustado	12.200
(-) Despesas de imposto de renda e contribuição social apurada no exercício, líquido de diferimento	(1.568)
(-) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o ano seguinte de referência	(761)
(B) EBITDA ajustado com efeito do imposto de renda e contribuição social	9.871
(C) Serviço da dívida no ano de referência, correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES	8.049
Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C)	4,03

2.2.7.(d) Garantias

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (9 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1) e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

2.2.8 Penalidades contratuais

O contrato de energia de reserva celebrado estabelece que sejam apuradas em cada ano contratual (período de julho a junho) as diferenças entre a energia gerada da usina e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (extrapolando a faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na cláusula 10 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio, valorada ao preço de venda vigente.

O ressarcimento por desvios positivos (acima da faixa de tolerância - 30%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 70% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 30% de geração serão ressarcidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial, valorada ao preço de venda vigente.

Durante o primeiro quadriênio, findo em junho de 2018, a energia gerada pela Companhia ficou abaixo do volume contratado. Desta forma, conforme previsto na cláusula 4ª do Contrato de Energia de Reserva, a Companhia teve a energia contratual revisada para o segundo quadriênio e, como consequência, houve uma redução da receita fixa do empreendimento.

O desempenho do parque no segundo quadriênio (julho de 2018 – junho de 2022) foi objeto de revisão do montante de energia contratada, sendo que, a partir de julho de 2022, o parque passou a ter 13,7 MW médios de energia contratual para o período que compreende julho de 2022 a junho de 2026, montante 6,1 % inferior quadriênio anterior (14,6 MW méd.).

Diante disso, houve uma redução na receita fixa para o terceiro quadriênio. Caso a produção de energia melhore nos próximos quatro anos, o volume contratual poderá retornar ao volume originalmente contratado no leilão a partir do início do quarto quadriênio.

Em dezembro de 2024 a Companhia registra um valor de R\$ 15.100 referente a provisão para penalidades contratuais, R\$ 7.646 referente à penalidade anual do período de julho de 2021 a junho de 2022 (4º ano do 2º quadriênio), R\$ 2.651 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de 2022 (2º quadriênio contratual), R\$ 2.597 referente à penalidade anual do período de julho de 2023 a junho de 2024 (2º ano do 3º quadriênio); R\$ 1.406 referente à penalidade anual corrente do período de julho de 2024 a junho de 2025 (3º ano do 3º quadriênio) e R\$ 800 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2022 a junho de 2026 (3º quadriênio contratual). Em fevereiro de 2024 e maio de 2024 a Companhia finalizou os pagamentos das penalidades anuais suspensas referente ao período de julho de 2019 a junho de 2020 (2º ano do 2º quadriênio contratual) e julho de 2020 a junho de 2021 (3º ano do 2º quadriênio contratual).

Os valores em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são demonstrados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	13.002	11.191
Penalidade contratual - reversão exercício anterior	(429)	1.456
Ajuste sobre penalidades pagas - reversão penalidade	(1.211)	-
Ajuste sobre penalidades pagas - atualização financeira	920	-

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Atualização financeira	904	207
Saldo de pagamento penalidades suspensas - (anual julho/2019 a junho/2020)	(2.213)	(281)
Saldo de pagamento penalidades suspensas - (anual julho/2020 a junho/2021)	(579)	-
Penalidade contratual - finalizada	2.499	-
Penalidade contratual - em curso	2.207	429
Saldo final	15.100	13.002
Passivo circulante	13.363	7.286
Passivo não circulante	1.737	5.716

2.3 Ativos e passivos não-financeiros**2.3.1 Imobilizado**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos em operação	123.372	96.013	123.372	99.465
Total do imobilizado em operação	123.372	96.013	123.372	99.465
Bens em operação				
Edificações e obras civis	96	63	96	67
Máquinas e equipamentos	240	105	240	128
Materiais sobressalentes	130	123	170	130
Instalações	33	9	33	12
Equipamentos de Informática	17	2	17	2
Moveis e Utensílios	6	2	6	3
Total de bens em operação	522	304	562	342
Total do imobilizado	123.894	96.317	123.934	99.807

Todo o montante de despesa de depreciação foi reconhecido nos custos operacionais.

O financiamento junto ao BNDES (Nota 2.2.7) está garantido por 9 turbinas para geração de energia no montante total de R\$ 78.164.

2.3.1.(a) Movimentações em 2024

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos em operação	99.465	83	(3.535)	96.013
Total do imobilizado em operação	99.465	83	(3.535)	96.013
Edificações e obras civis	67	-	(4)	63
Máquinas e equipamentos	128	-	(23)	105
Materiais sobressalentes	130	-	(7)	123
Instalações	12	-	(3)	9
Equipamentos de Informática	2	-	-	2
Moveis e Utensílios	3	-	(1)	2
Total de bens em operação	342	-	(38)	304
Total do imobilizado	99.807	83	(3.573)	96.317

2.3.1.(b) Movimentações no exercício comparativo

A Companhia efetuou a provisão do valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização em 2043, conforme contratos fundiários.

	Valor líquido em 31/12/2022	Desmobilização	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2023
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos em operação	103.078	1.182	(4.795)	99.465
Total do imobilizado em operação	103.078	1.182	(4.795)	99.465
Edificações e obras civis	71	-	(4)	67
Máquinas e equipamentos	151	-	(23)	128
Materiais sobressalentes	170	-	(40)	130
Veículos – direito de uso	2	-	(2)	-
Instalações	15	-	(3)	12
Equipamentos de Informática	5	-	(3)	2
Moveis e Utensílios	4	-	(1)	3
Total de bens em operação	418	-	(76)	342
Total do imobilizado	103.496	1.182	(4.871)	99.807

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreu um incêndio no aerogerador SC-02 do parque eólico Santo Cristo, cujos impactos nas demonstrações financeiras estão indicados a seguir:

- A Companhia efetuou a baixa do aerogerador, cujo valor contábil líquido, na data do sinistro, era de R\$ 5.969, com impacto em redução do ativo imobilizado;

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



- Em junho de 2022 a Companhia reconheceu o direito da indenização devida pela seguradora no valor de R\$ 10.212. Em 2021, a Companhia recebeu da seguradora o pagamento da indenização parcial aprovada no valor de R\$ 5.130 e, em junho de 2022, registrou o valor da segunda parcela da indenização de R\$ 5.082. Dessa forma, reconheceu a baixa do imobilizado no resultado da Companhia dentro do exercício, no valor de R\$ 4.243. Ainda no mês, a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela da nova turbina no valor de R\$ 5.275;
- Em junho de 2022, a Companhia também reconheceu o montante de lucro cessante referente ao 2º semestre de 2021 em R\$ 1.559, somado ao valor registrado no exercício de 2021 de R\$ 1.008, o valor total a receber de lucro cessante é de R\$ 2.568;
- Em setembro de 2022, a Companhia recebeu por parte da seguradora, o valor da segunda parcela de indenização atualizada em R\$ 4.808, dessa forma reconheceu o ajuste da provisão no seu resultado de R\$ 274. Ainda em setembro, a Companhia recebeu parte do valor de danos materiais em R\$ 2.741 e reconheceu o seu novo aerogerador no valor de R\$ 12.470 onde, R\$ 6.766 foram pagos a título de adiantamento;
- Em outubro de 2022, a Companhia recebeu o valor final de danos materiais em R\$ 2.068. Para dezembro de 2022, a Companhia apresentou o valor de lucro cessante para recebimento, em R\$ 2.568 e a parcela a ser quitada referente ao novo aerogerador de R\$ 2.005
- Em março de 2023, a Companhia recebeu o valor total de lucro cessante em R\$ 2.568. Até a data deste relatório, a Companhia apresenta o valor de R\$ 2.005 a ser quitada referente ao novo aerogerador.
- Em junho de 2023, a Companhia reconheceu o valor a receber referente ao mecanismo de divisão de custos com seguro em R\$ 2.154. Em julho de 2023, a Companhia recebeu o valor referente a divisão de custos com seguros em R\$ 2.154 e quitou o valor de R\$ 2.005 referente ao novo aerogerador.
- Em setembro de 2023, a Companhia reconheceu o valor a receber referente a indenização adicional junto ao prestador de serviço, de R\$ 1.047, relacionado ao sinistro ocorrido em 2021.

2.3.2 Intangível

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em operação				
Intangível em operação	3.390	2.372	3.390	2.508
Software	35	-	35	-
Total	3.425	2.372	3.425	2.508

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos incorridos até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de São Miguel do Gostoso antes do início da construção do parque.

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.3.2.(a) Movimentações em 2024**

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em operação			
Intangível em operação	2.508	(136)	2.372
Total	2.508	(136)	2.372

2.3.2.(b) Movimentações no exercício comparativo

	Valor líquido em 31/12/2022	Amortização	Valor líquido em 31/12/2023
Intangível em operação			
Intangível em operação	2.643	(135)	2.508
Total	2.643	(135)	2.508

2.4 Patrimônio líquido**2.4.1 Capital social**

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária datada de 30 de abril de 2024, foi autorizado pela acionista o aumento de capital no valor de R\$ 83 mediante emissão de 83.000 (oitenta e três mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada.

Conforme Assembleia Geral extraordinária datada de 20 de dezembro de 2024 foram subscritas e integralizadas 2.504.148 novas ações em 2024 (3.034.273 ações em 2023), e resgatadas 2.504.148 ações em 2024 (3.034.273 ações em 2023), sem valor nominal e sem alteração do capital social.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 59.209, dividido em 62.525.387 ações ordinárias nominativas (em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 59.127 divididos em 62.543.076 ações ordinárias), sem valor nominal, integralmente detidas pela Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

2.4.2 Reservas de capital

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 20 de dezembro de 2024 e nos termos do art. 44 da Lei das S.A. e do art. 7º do Estatuto Social da Companhia, foi resgatado reserva de capital no montante de R\$ 2.604 (R\$ 2.035 em 2023) e foi constituída reserva de capital no montante de R\$ 2.504 (R\$3.035 em 2023) correspondente a movimentação de ações sem valor nominal conforme nota explicativa 2.4.1.

2.4.3 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de reserva de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação, podendo ter constituição de dividendo adicional limitado ao cálculo do ICSD.

A Companhia apresentou lucro em 31 de dezembro de 2024, que foi destinado da seguinte forma:

	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido apurado no exercício	3.205
Constituição da Reserva Legal - 5%	(160)
	<u>3.045</u>
Destinação do Lucro	<u>3.045</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	761
Lucros retidos a deliberar	2.285

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento

A provisão para perda/ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.

Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como “custos de transação”.

Reconhecimento de sinistro

A companhia realiza o reconhecimento de receita com sinistros, quando aplicável, apenas após a análise e aprovação da seguradora responsável pelo sinistro. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Reconhecimento de danos liquidados

A garantia de disponibilidade é calculada de acordo com as premissas definidas no contrato. Se o contratado não cumprir essa garantia, deverá pagar as penalidades pela indisponibilidade. A garantia é especialmente útil em contratos de fornecimento e operação e manutenção de aerogeradores, onde atrasos ou falhas na entrega e manutenções podem causar prejuízos significativos e comprometer projetos. Dessa forma, a cláusula é usada para evitar disputas sobre o valor dos danos causados pelo inadimplemento.

3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração.

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia.
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.2.1 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.2.2 Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com o contrato de fornecimento (CER).

Toda a geração da usina foi vendida como energia de reserva, cujo custo é absorvido por todos os consumidores do sistema, que realizam os pagamentos por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER). Existe a possibilidade de inadimplência por parte destes consumidores, e para mitigar esse risco, a CCEE gerencia a Conta de Energia de Reserva (CONER), por meio da qual é feito o recebimento dos pagamentos do EER.

3.2.3 Risco de liquidez

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, conforme apresentado abaixo:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	1.353	-	-	-	1.353
Empréstimos e financiamentos	4.709	4.988	17.843	14.059	41.599
Contas a pagar e dividendos - Partes Relacionadas	931	-	-	-	931
Penalidades contratuais	13.363	937	800	-	15.100
Em 31 de dezembro de 2023					
Empréstimos e financiamentos	3.910	4.531	16.241	20.406	45.088
Fornecedores	1.216	-	-	-	1.216
Contas a pagar e dividendos - Partes Relacionadas	1.042	-	-	-	1.042
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-
Penalidades contratuais	7.286	5.287	429	-	13.002

4 Itens não reconhecidos

Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento.

4.1 Contingências**4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no Balanço**

A Companhia possui o seguinte processo:

- Ações anulatórias de risco possível ajuizada perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte no montante atualizado de R\$ 321 com o intuito de cancelar Autos de Infração lavrados pelo Município de São Miguel do Gostoso para cobrança de taxa de localização e funcionamento necessária à expedição de alvarás de funcionamento do respectivo empreendimento.

5 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

5.1 Transações com partes relacionadas

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Voltalia como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Passivo Contas a pagar	Passivo Dividendos	Passivo Contas a pagar	Passivo Dividendos
Circulante				
Voltalia Energia do Brasil Ltda	119	-	22	-
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	51	-	18	-
Voltalia São Miguel do Gostoso Participação	-	761	-	1.002
Total	170	761	40	1.002

	31/12/2024	31/12/2023
	Resultado (Serviços/Gastos Administrativos)	Resultado (Serviços/Gastos Administrativos)
Voltalia Energia do Brasil Ltda	(1.377)	(1.196)
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	(294)	(214)
	(1.671)	(1.410)

5.2 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da acionista majoritária no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

SEGUROS VIGENTES PARA O COMPLEXO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO (R\$ mil)			
	RAMO	VIGENCIA / SEGURADORA	VALOR EM RISCO
GARANTIA			
SANTO CRISTO	SEGURO GARANTIA CCT	31/07/2024 A 30/09/2025 - ZURICH	921
SANTO CRISTO	SEGURO RISCO OPERACIONAL	13/12/2024 A 13/12/2025 - SWISS RE	187.776
SANTO CRISTO	SEGURO RESP. CIVIL	28/11/2024 A 28/11/2026 - AXA	20.896

6 Principais práticas contábeis adotadas**6.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor,

sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

6.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas – 32 anos (2022 – 25 anos)

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

6.3 Intangível

6.3.1 Ativos Intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

6.3.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento

ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

6.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

6.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos

governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

6.7 Tributação

6.7.1 Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes

alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social (“PIS”), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços (“ISS”), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

6.7.2 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

6.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não

circulantes.

6.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

6.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

6.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza (“Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Administrativas” / “Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

6.12 Normas novas e alteradas no exercício corrente

As alterações de normas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 foram as seguintes:

Alterações ao IFRS 16 “Passivo de Locação em um Sale and Leaseback”

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Alterações ao IAS 1 “Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante”

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação;

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 “Acordos de financiamento de fornecedores”

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21- Falta de Conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações acrescentam um novo apêndice como parte integrante da IAS 21. O novo apêndice inclui orientações de aplicação das exigências como também acrescentam novos Exemplos Ilustrativos que acompanham a IAS 21. Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro para alinhar e fazer referência à norma revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

A norma introduziu novas exigências para:

- Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração nas notas explicativas às demonstrações financeiras;
- Melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações;
- A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas;

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A norma é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la.

A entidade pode apenas aplicar a IFRS 19 se, no final do período de relatório:

- for uma subsidiária (isso inclui uma controladora intermediária);
- não tiver responsabilidade pública, e
- sua controladora final ou qualquer controladora intermediária prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público.

As entidades elegíveis podem aplicar a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária elegível que não aplica a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras consolidadas pode fazer isso nas suas demonstrações financeiras separadas. A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Se a entidade optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anterior ao período de relatório no qual ela aplicar a IFRS 18 pela primeira vez, ela deve aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação descrito no anexo à IFRS 19. Se a entidade optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anual antes de ter aplicado as alterações à IAS 21, ela não deve aplicar as exigências de divulgação na IFRS 19 com relação à Falta de Conversibilidade.

CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

* * *

Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.

Membros da Administração

voltalia



MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Diretor Geral

Amaury Rainho Neto

Diretora Administrativa Financeira

Mariceli Schmidt dos Santos

Conselho de Administração

Bernardo Grillo Hoelz

José Maurício Carneiro Leão Ferreira da Silva

Mauro Jose Bubniak

Conselho Fiscal

Cristina Kakawa

João Corrêa Guimarães

Tulio Moreno Savio

Contador

Ricardo César Gonçalves

CRC RJ 109527/O-7

Controller

Juliana Silva Gomes Madureira

CRC RJ 116377/O-8

Fale conosco

Brasil

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 2221-7190
voltalialatam@vitalia.com*



www.vitalia.com     